



GOVERNO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

CERTIDÃO
CERTIFICADO, para devido fins que
foi publicado no PLACARD desta
prefeitura, para que fosse dado a
devida publicidade
Santa Terezinha de Goiás
01 / 03 / 2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01248/2024 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO/FMS Nº 001/2024

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE/FMS DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, em cumprimento aos preceitos contidos nos artigos 72, 74, 78, 79 e demais que couber, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações em vigor, bem como Instrução Normativa nº 008/2024 de 09/05/2024 do TCM-GO e alterações posteriores, em especial ao Decreto Municipal de regulamentação do presente procedimento c/c artigo 197 da CRFB/1988, faz saber aos interessados que estarão abertas, no período de **04/03/2024 a 31/12/2024**, no horário de expediente 8:00 as 12:00 e das 14:00 as 17:00, na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Goiás, **no setor de licitação**, as inscrições para cadastro de profissionais (pessoa física ou jurídica) na área da saúde com objetivo de futuro e eventual credenciamento de acordo com as necessidades do Sistema Público de Saúde deste Município de Santa Terezinha de Goiás, Estado de Goiás, para complementação da disponibilização de atendimento da população durante o exercício de 2024, conforme descrição e especificações seguintes:

1. – DO OBJETO:

1.1 – Prestação de serviços na área de saúde municipal urbana e rural, em regime de credenciamento de modo autônomo, em conformidade com as legislações acima descrito c/c Resolução do Conselho Municipal de Saúde/CMS, visando o atendimento da população durante o exercício de 2024, fundamentado na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e posteriores alterações, nos termos artigo 74 (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO) em conformidade com o Termo de Referência e/ou Projeto Básico emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.2 – Justificativa - O credenciamento consiste em um cadastro dos prestadores de serviço ou fornecedores interessados em contratar com a Administração em situações de ausência de competição resultante da falta de exclusão entre os possíveis interessados.

1.3 - Excepcionalmente, formação de CADASTRO RESERVA com objetivo futuro e eventual (conforme necessidades) para credenciar profissionais, Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, para a prestação de serviços na área de saúde, aí compreendidas todas as ações e serviços necessários ao atendimento à população de SANTA TEREZINHA DE GOIÁS - GO, sendo até 40 (quarenta) horas semanais e plantões, pagamento será realizado por procedimento mediante apresentação de FATURA/NOTA FISCAL devidamente atestada pelo fiscal do Termo de Credenciamento ou valor fixo, conforme tabela aprovada pelo CMS, seguirão os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde, especialidade e LIMITE MÁXIMO DE SALÁRIO/MENSAL e quantitativo de vagas especificado no quadro constante do **TERMO DE REFERENCIA (Anexo I)**:

a) Admite-se o credenciamento de cooperativas de trabalho desde que:

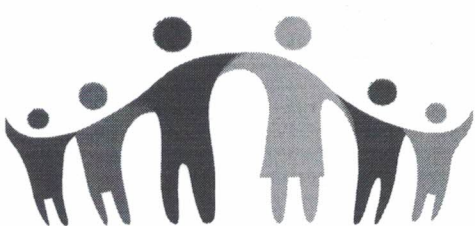
I - Sejam observados os princípios do cooperativismo e a legislação pertinente;

II - O serviço não demande relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e

III - Seja vedado o credenciamento para interposição de mão-de-obra subordinada também por meio de associações e demais organizações privadas.

Parágrafo único. Somente deverão ser credenciadas as cooperativas cujos estatutos e objetivos sociais estejam de acordo com o objeto contratado, devendo observar:

I - O credenciamento deve ser compatível com a atividade ou especialidade médica dos cooperados;



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

II - Fica vedado o credenciamento de uma só cooperativa para o atendimento de toda a demanda municipal, quando comparecerem ao chamamento outros interessados, pessoas físicas ou jurídicas, que preencham os requisitos do edital.

1.4 Justificativa - Os credenciados serão remunerados por procedimentos REALIZADOS, PLANTÕES ou VALOR FIXO tendo como parâmetro a tabela de valores aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, seguirão os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde, com LIMITE MÁXIMO PREVISTO por especialidades, conforme estabelecido no item 1.2. Podendo ser reajustado na forma da Lei.

1.5 – O profissional credenciado prestará o atendimento em suas clínicas (caso seja necessário) ou nos locais onde for designado, devendo se adequar aos horários e procedimentos adotados pela unidade onde desempenhará as funções, sujeitando-se, inclusive, se for o caso, à realização de plantões, nos termos do respectivo termo de credenciamento.

2. – DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO:

2.1 – Poderão participar deste CHAMAMENTO, as empresas (pessoa jurídica) e os profissionais da área de saúde (pessoa física) que estiverem registrados nas entidades incumbidas da fiscalização do exercício profissional, que detenham habilitação e se encontre de forma regular perante o conselho de classe.

2.2 – A participação neste CHAMAMENTO importa ao proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, e na tabela de valores de serviços da área de saúde aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, seguirão os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde, devendo constar ainda da proposta, forma de pagamento e declaração expressa de que o proponente se sujeita às condições do presente Edital.

2.3 – É proibido:

- a) - A prestação do serviço credenciado em qualquer dependência de propriedade diferente da que lhe for determinada pela direção do FMS.
- b) - O atendimento do paciente fora do local pré-estabelecido pela Secretaria Municipal da Saúde, a não ser em casos de emergência médica, devidamente documentada e justificada.
- c) - Transferir os direitos e obrigações constantes no Termo de Credenciamento a terceiros.

2.4 – A Secretaria Municipal da Saúde, colocará à disposição dos usuários, lista de profissionais credenciados, reservando-se o direito de encaminhamento para cada profissional, de igual forma, obedecida a quantidade programada para cada mês.

2.5 – A regulação dos encaminhamentos para cada profissional ficará a critério da Secretaria da Saúde.

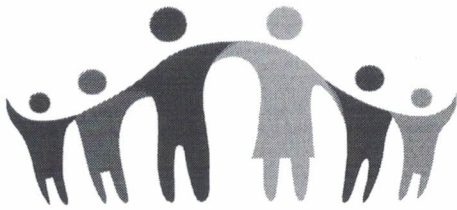
2.6 – A prestação dos serviços é exclusiva do profissional credenciado sendo vedada sua transferência a profissionais alheios a relação contratual e ou nomeação.

2.7 – O Município se reserva o direito de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços pelos credenciados, sendo-lhes facultado o desc credenciamento, caracterizada a prestação considerada de má qualidade, mediante a verificação através de processo administrativo específico, com garantia da representação do contraditório e da produção da ampla defesa.

2.8 – O credenciamento se caracteriza como relação contratual de prestação de serviços de modo autônomo, não decorrendo relação empregatícia.

3. – DA SELEÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1 - No decorrer do exercício financeiro de 2024, visando o atendimento das necessidades da



GOVERNODE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
De mãos dadas com você

coletividade e devido à impossibilidade de competição de preços e/ou títulos, a Administração Municipal após finalizado o prazo para apresentação de recurso(s) e julgamento(s) do(s) mesmo(s), convocará dentre os cadastrados (que atenderam as exigências do edital) habilitados e quando não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados em decorrência do número de vagas, será realizado sorteio (IN 008/2023 TCM-GO) entre os cadastrados (que atenderam as exigências do edital) habilitados. Os demais permanecerão no cadastro reserva, sempre que houver necessidade de nova contratação, será convocado para atualização do cadastro em seguida será realizado sorteio (IN 008/2023 TCM-GO).

3.2 O sorteio será realizado em sessão pública, sempre que houver mais de um candidato habilitado por vaga, previamente divulgado no site oficial o local e horário da sessão, mediante sorteio público, transcrevendo os nomes dos candidatos habilitados um por um em um pedaço de papel do mesmo tamanho, mesma cor e mesma textura, ambos dobrados no mesmo formato e volume, coloca todos dentro de uma caixa de papelão opaca, após mexer várias vezes, o agente de contratações por uma abertura "o suficiente para colocar uma das mãos e sem olhar pegar um papelote, formando uma ordem cronológica (1,2,3.....) sendo o primeiro assumir a primeira vaga e assim sucessivamente, o comparecimento do(s) candidato(s) à sessão é facultativo.

3.3 – Após a convocação e entrega da documentação solicitada atualizada, a Administração Pública formalizará o credenciamento dos profissionais, facultando-lhe o aumento na quantidade de vagas, bem como, a diminuição ou extinção delas, observando a demanda dos usuários.

3.4 – É facultado a instituição e profissional que preencher os requisitos mínimos fixados pela administração, requerer seu credenciamento (conforme modelo Anexo II), o que significará sua admissão a um cadastro de entidades e profissionais da área de saúde que ficará a disposição dos beneficiários.

3.5 – O credenciamento será realizado até o preenchimento suportável das vagas, da rede física de saúde municipal, em conformidade com o quantitativo de vagas previsto neste Edital.

3.6 - A inscrição no credenciamento, não garante a contratação do interessado pelo Fundo Municipal da Saúde, podendo ser credenciado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal da Saúde ao longo do exercício de 2024.

3.7 – As empresas e os profissionais da área de saúde que tiverem suas inscrições deferidas, farão parte do cadastro de profissionais da saúde do Município até 31/12/2024, prazo que poderão ser convocados para atualização do cadastro e caso tenha mais de um interessado por vaga, haverá necessidade de realização de sorteio.

3.8 - Poderá ocorrer candidatos excedentes ao número de vagas fixadas pela Secretaria Municipal da Saúde, que poderão ser convocados dentro do prazo previsto neste Edital, em caso de existência de vagas e/ou ampliação do quantitativo de vagas na rede da saúde pública municipal, mediante sorteio entre os habilitados "por vaga".

3.9 - A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o cadastro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para o cadastramento.

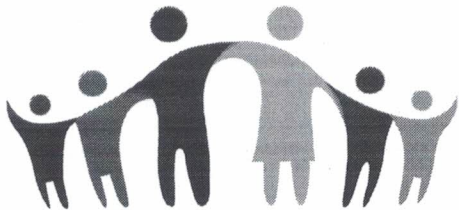
3.10 - Os credenciamentos poderão ser rescindidos a qualquer tempo pelo Fundo Municipal de Saúde, notificando à outra parte em 15 (quinze) dias, especialmente no caso de realização de concurso público.

4. – DA DOCUMENTAÇÃO:

4.1 – O requerimento de inscrição dos interessados, dirigido ao Secretário Municipal de Saúde (devidamente protocolizado), deve estar acompanhado dos seguintes documentos:

PESSOA JURÍDICA:

- Requerimento para Credenciamento, conforme modelo contido no **Anexo II** deste



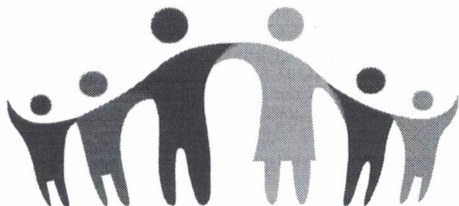
GOVERNODE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
De mãos dadas com você

Edital;

- Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual ou Ato constitutivo, Estatuto ou Termo Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou Inscrição do Ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e o ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Documentos Pessoais dos Sócios, RG e CPF;
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT emitida pelo TRT, em plena validade;
- Certificado de regularidade de FGTS, expedido pela CEF, em plena validade, conforme Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
- Prova de Regularidade Fiscal, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Goiás, em plena validade;
- Certidão de regularidade Municipal;
- Ficha Cadastral, conforme Anexo II modelo 01;
- Lista dos Profissionais para a realização do objeto do credenciamento, bem como da qualificação de cada um que se responsabilizará pela execução dos serviços o qual a empresa foi credenciada;
- Número da Conta Bancária – Pessoa Jurídica;

PESSOA FÍSICA:

- Requerimento para Credenciamento, conforme modelo contido no **Anexo III** deste Edital;
- Documentos pessoais (RG e CPF);
- Comprovante de inscrição no Conselho Regional ou órgão equivalente (caso a profissão exige);
- Cópia do título de Especialização (se for especialista);
- Curriculum vitae; ➤ Comprovante de Inscrição junto ao INSS ou apresentação de cópia do PIS ou PASEP;
- Certidão de regularidade “negativa ou positiva com efeito e negativa” de Débitos Federais, Trabalhista, Estaduais e Municipal;
- Cópia comprovante de endereço;
- Cópia Certidão de nascimento ou casamento;
- Número da Conta Bancária Corrente ou Conta Salário;



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

4.2 - Será considerada inabilitada o pretendente pessoa física ou jurídica que deixar de apresentar documentação completa;

4.3 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, até o momento da protocolização.

4.4 Os profissionais indicados pelo credenciante, deverão participar do serviço objeto do credenciamento, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

5. DE HABILITAÇÃO: – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1 – O requerimento de inscrição deverá ser formulado diretamente pelo interessado/representante legal da empresa a ser credenciada, ou por seu bastante procurador legalmente constituído, durante a vigência do presente Edital, a partir de sua publicação, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Goiás, no setor de licitação, no horário das 08h00h às 11h00min e das 13h30min às 16h00min, ou ainda enviados, em pasta COMPACTADA e através do email: licitação@santaterezinhadegoias.go.gov.br

5.2. Se o interessado a ser inscrito se fizer representar por procurador, este deverá juntar à documentação da inscrição cópia do seu documento de identidade, do CPF/MF e do competente instrumento de mandato (procuração), com firma reconhecida em Cartório.

5.2.1 – A falta ou incorreção de quaisquer dados constantes do subitem 4.1 poderá ser suprida ou corrigida pelo representante legal no ato da entrega.

6. DOCUMENTAÇÃO: – DA ABERTURA E APRECIACÃO DA DOCUMENTAÇÃO:

6.1 – Os trabalhos da Comissão seguirão os seguintes trâmites:

6.1.1 Da abertura dos envelopes, poderá a Comissão Permanente de Contratações ou Comissão Especial, reunir para abertura, análise e demais atos pertinentes, a partir da protocolização de apenas 01 (um) ou mais interessado em credenciar-se, com objetivo de verificar a conformidade nos termos do Edital, será toda segunda feira a partir das 08:00 horas, mediante emissão de ATA e atualização da lista de habilitados/inabilitados.

6.1.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, o que não impede, todavia, que seja apresentado novo pedido de credenciamento pelo interessado inabilitado, tendo em vista que o credenciamento ficará aberto durante todo o exercício financeiro.

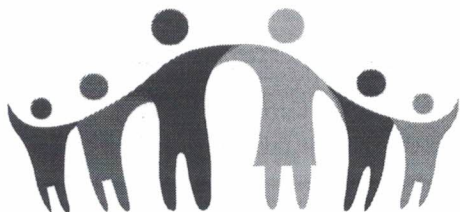
I - Em caso de indeferimento da solicitação de credenciamento, caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação da decisão de indeferimento.

II - O recurso deverá ser interposto perante a autoridade que prolatou a decisão, sendo-lhe facultado retratar-se no prazo de 3 (três) dias úteis, caso em que poderá solicitar a complementação da documentação ou esclarecimentos, sob pena de novo indeferimento.

III - Se a decisão recorrida for mantida, o recurso será encaminhado para julgamento pela autoridade superior responsável pelo certame ou ao qual a gestão do contrato esteja vinculada, ou ocupante de cargo equivalente. IV - Estando habilitada, o credenciamento do pretenso interessado será deferido pela comissão de credenciamento, e ratificado pelo Gestor do FMS.

7- DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

7.1 – As empresas e os profissionais habilitados serão convocados para assinar o termo de credenciamento no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação, sob pena de decair o direito ao credenciamento, sem prejuízos das sanções previstas neste edital e nos



GOVERNODE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
De mãos dadas com você

artigos 155 a 163 todos da Lei nº 14.133/21 de 01/04/2021;

7.2 – O prazo para assinatura do termo de credenciamento poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado pelo interessado, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Municipal.

7.3 – O termo de credenciamento poderá ter vigência até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado pelas partes nos termos do art. 107 da Lei de Licitações, desde que haja interesse entre as partes.

7.4 – A cada exercício financeiro a continuidade da prestação de serviço ficará condicionada a existência, em cada ano, de dotação orçamentária para fazer face às despesas dele decorrentes.

7.5 – Será designado fiscal para cada Termo de credenciamento, ao qual será incumbido às atribuições contidas na Lei nº 14.133/21, de 01/04/2021.

7.6 O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, que deliberará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

7.7 O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos formalizados.

7.8 O pedido de descredenciamento pelo interessado, sem a aplicação de penalidades administrativas, poderá se dar antes da assinatura do contrato, ou relativamente a novos contratos com o mesmo objeto, após a contratação, as hipóteses de rescisão serão regidas pelos próprios instrumentos contratuais.

7.9 O descredenciamento por ato da administração pública poderá se dar, dentre outras hipóteses condizentes com o objeto do credenciamento:

I - Por desinteresse da administração no objeto, devidamente fundamentado no processo administrativo respectivo;

II - Por descumprimento das condições mínimas para a contratação por parte dos credenciados;

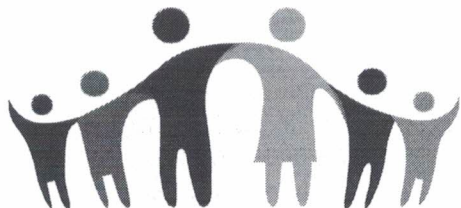
III - Pela rescisão do contrato decorrente do credenciamento por culpa do credenciado;

IV - Pela aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a administração pública ou Declaração de Inidoneidade. Parágrafo único. A ausência de manutenção das condições iniciais, o descumprimento das exigências deste edital, do contrato ou da legislação pertinente poderá ensejar o descredenciamento do interessado, observado o contraditório e a ampla defesa. O credenciamento não estabelece nenhuma obrigação do órgão ou entidade contratante em efetivar a contratação do objeto. O credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, mediante justificativa, sem prejuízo da continuidade das relações contratuais já estabelecidas.

8 – DO PREÇO/PAGAMENTO:

8.1 - A remuneração dos serviços prestados pelas pessoas credenciadas será mensal, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, para pessoa jurídica, devidamente acompanhada das respectivas autorizações de procedimentos emitidas pelo Município através da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com os valores constantes da tabela aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, seguirão os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde.

8.2 - A Administração Municipal, oportunamente pagará aos credenciados (pessoa física ou jurídica) da área de saúde as faturas emitidas e atestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme valores constantes da tabela de honorários consultas/procedimentos, seguirão os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde, pelos serviços efetivamente prestados e



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

comprovados através do quadro de frequência, das planilhas de produções de serviços, escalas de plantões, autorizações de internações hospitalares e autorizações para exames complementares auditados.

8.3 - É vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, p. ex) da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados.

8.4 - Aos credenciados fica proibido de exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco.

8.5 - Para entidades Conveniadas, prestadoras de serviços com ou sem fins lucrativos, e empresas privadas que terão seus serviços adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, serão pagos pelos serviços efetivamente prestados, os valores unitários de cada procedimento, seguirão os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde em vigor editada pelo Ministério da Saúde mediante faturas, relatórios e documentos comprobatórios para análise e avaliação da Secretaria Municipal de Saúde.

8.6 - O pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos documentos exigidos no item 9.1, encaminhado até o dia 5º dia útil do mês subsequente, ao da efetiva prestação dos serviços, e será pago até 10 (dez) dias posteriores à entrega do documento fiscal.

9 - DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

9.1 - Os serviços contratados, estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização pela Secretaria Municipal da Saúde, quanto ao cumprimento das obrigações por ela assumidas.

9.2 - A fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde não eximirá, em hipótese alguma, a credenciada de quaisquer outras fiscalizações de órgãos oficiais, quanto às obrigações tributárias, fiscais, sociais, trabalhistas e demais que se fizerem necessárias.

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da credenciada, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde ou de seus agentes e prepostos, nos termos da Lei 14.133/21.

9.4 - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Edital, deverão ser prontamente atendidas pela credenciada, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1 - As empresas e os profissionais que, sem justa causa, após ser credenciado, não cumprir com as obrigações correspondentes ao atendimento aos beneficiários, ficará sujeito às penalidades, previstas nos artigos 155 a 163 da Lei n.º 14.133/21:

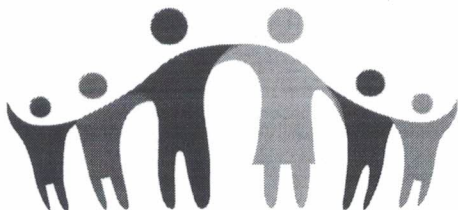
❖ Advertência por escrito;

❖ Multa de 2% (dois por cento) do valor da obrigação, nos casos de se negarem a cumprir com as obrigações assumidas expressa ou tacitamente, valor este atualizado até a data da sua liquidação através do mesmo índice de correção monetária utilizado para os serviços públicos municipais;

❖ Cancelamento do credenciamento junto ao Cadastro de Entidades e de profissionais da Saúde da Administração Municipal, ficando impedido durante 05 (cinco) anos de participar de novos chamamentos ou a sua contratação pelo poder público.

❖ Suspensão temporária do seu credenciamento;

❖ Descredenciamento;



GOVERNODE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
De mãos dadas com você

❖ Impedimento de licitar e contratar;

❖ Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

11.1 – As despesas resultantes deste procedimento correrão à conta da dotação orçamentária:

13.17.10.301.0016.2079.- 3.3.90.36 - Manutenção do Programa do PSF;

13.17.10.301.0016.2079.- 3.3.90.34 - Manutenção do Programa do PSF;

13.17.10.302.0016.2035 - 3.3.90.34 - Manutenção do Hospital Municipal;

13.17.10.302.0016.2035 - 3.3.90.36 - Manutenção do Hospital Municipal;

13.17.10.302.0016.2055 - 3.3.90.34 - Manutenção do Centro Odontológico.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1 - O presente edital destina-se a habilitar profissionais interessados ao credenciamento junto à Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

12.2 - Os atos decorrentes deste credenciamento serão públicos, salvo quanto ao conteúdo do envelope de documentação e proposta, até a respectiva abertura.

12.3 - Não serão aceitas alegações futuras, declaração de desconhecimento de fatos, estados, totalidades, partes ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços.

12.4 - Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

12.5 - Os profissionais da saúde são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

12.6 - É facultada à Comissão Permanente de Contratações, a qualquer momento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

12.7 - Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Contratações com base na Lei Federal n.º 14.133/93 de 01/04/2021.

12.8 - A formalização do credenciamento se dará através de Termo específico, constando no mesmo as cláusulas e as condições constantes neste Edital.

12.9 - O presente processo de chamamento público poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação.

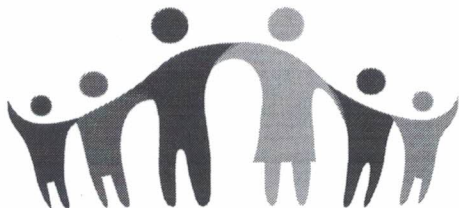
12.10 - Aos participantes é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos da Lei 14.133/21, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

12.11 - As informações necessárias poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Contratações, no horário de expediente, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

Santa Terezinha de Goiás (GO), 01 de março de 2024.


KENIA AUGUSTA ISMAEL CORREIA
Gestora do FMS





GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Prestações de serviços na área de saúde municipal urbana e rural, em caráter autônomo e em regime de credenciamento, de empresas especializadas (pessoa física e/ou jurídica) para prestação de serviços nas seguintes áreas de atuação: **enfermagem; médica; técnica em enfermagem; farmacêutica; técnico em radiologia; psicólogo; biomédico; odontologia; educador físico; nutricionista; técnico de higiene bucal; auxiliar de saúde bucal; serviços de sessão de fisioterapia; técnico em análises clínicas; serviços de exames de ultrassonografia; serviços de exames de eletroencefalograma; laudo de raio x; técnica para raio x; serviços de exames de endoscopia; serviços de exames eletrocardiograma, cirurgias eletivas em geral, oftalmológicas** em conformidade com a Instrução Normativa nº. 008/2023 do Tribunal de contas dos Municípios do Estado de Goiás e Lei Federal nº 14.133/2021, visando o atendimento da população do Município de Santa Terezinha de Goiás durante o exercício de 2024, junto às unidades da rede pública de saúde.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha de Goiás não detém de quantidade suficiente de profissionais efetivos ou aprovados no quadro de pessoal permanente, nem tampouco de empresas para realizar um atendimento de qualidade aos cidadãos do Município.

Em atenção ao disposto no artigo 6º, § 1º, da Lei 8.987, ante a inexistência, há de se manter o credenciamento de profissionais qualificados para que os pacientes possam ser agraciados de serviços especializados na área da saúde, sendo também resguardas perante a saúde pública, com isso faz se necessário à contratação destes serviços, conforme orientação do Tribunal de Conta dos Municípios.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1 Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, todos da mencionada Lei.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...];

IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: I - Credenciamento;

[...];

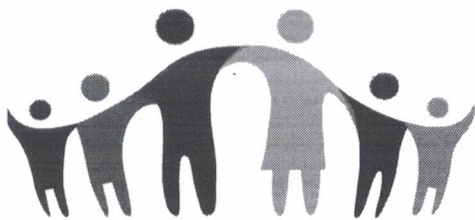
Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

I - A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - O edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

[...];

V - Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços a serem prestados constantes neste instrumento, detalhados segundo a função, remunerados em forma abaixo especificadas e, podendo variar de acordo com número de horas trabalhadas estão previstos neste Termo, elaborado com base nos balizamentos realizados junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO e Conselho Municipal de Saúde, são:

TECNICA DE ENFERMAGEM

Atenção Básica (ESF)

Remuneração:

3.325,00 (três mil e trezentos e vinte e cinco reais) mensais, referente a 40 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

Lotação: Estratégia de Saúde da Família – ESF's.

Atribuições: Participar das atividades de atenção realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc); realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; realizar ações de educação em saúde a população adstrita, conforme planejamento da equipe; participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS; e contribuir, participar e realizar atividades de educação permanente.

Requisitos mínimos: Profissional de nível médio titular de diploma de Auxiliar em Enfermagem, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás no ato da contratação.

Hospitalar

Remuneração:

151,00,00 (cento e cinquenta e um reais) por plantão de 12 horas – Escala 12x36, sendo teto máximo de 22 plantões mensais, conforme escala de trabalho;

151,00,00 (cento e cinquenta e um reais) por remoção de auxiliar de enfermagem para acompanhamento de paciente para transferência hospitalar não estando no plantão do hospital.

AUXILIAR SAÚDE BUCAL

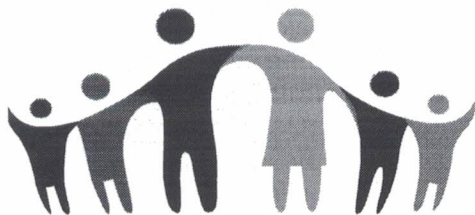
Atenção Básica (ESF)

Remuneração:

2.159,09 (dois mil e cento e cinquenta e nove reais e nove centavos) mensais, referente a 40 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

Lotação: Estratégia de Saúde da Família – ESF's.

Atribuições: Desenvolver ações de promoção à saúde bucal; Preparar o usuário para atendimento; Auxiliar no atendimento ao usuário; Preparar e organizar instrumental e materiais necessários; Instrumentalizar o CD ou THD durante a realização de procedimentos clínicos; - Manipular materiais de uso odontológico; Promover isolamento do campo operatório; Selecionar moldeiras e



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

confeccionar modelos em gesso; realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; Agendar consultas; Preencher fichas clínicas e manter o arquivo e o fichário em ordem; Participar do gerenciamento de insumos; Proceder à lavagem, desinfecção e esterilização de instrumentais e equipamentos utilizados. Identificar espaços coletivos e grupos sociais para o desenvolvimento das ações educativas e preventivas em saúde bucal; Identificar necessidades, barreiras e riscos em relação à saúde bucal junto às famílias; Identificar usuários com necessidade de encaminhamento à equipe de saúde bucal a partir do conhecimento da priorização do atendimento e dos sinais de risco; Identificar usuários com necessidade de visita domiciliar por parte da equipe de saúde bucal.

Requisitos mínimos: Profissional de nível médio com Curso de Auxiliar de Saúde Bucal - ASB, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Odontologia do Estado de Goiás no ato da contratação.

ENFERMEIRO (a):

Atenção Básica (ESF)

Remuneração:

4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais) mensais, referente a 40 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

Lotação: Estratégia de Saúde da Família – ESF's.

Atribuições: realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias cadastradas nas equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; realizar consulta de enfermagem, procedimentos, atividades em grupo e conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, solicitar exames complementares, prescrever medicações e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS em conjunto com os outros membros da equipe; contribuir, participar, e realizar atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e outros membros da equipe; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS e demais atividades inclusas na portaria ministerial nº. 2.488 de 21/11/11.

Requisitos mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de Enfermagem, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás no ato da contratação.

Hospitalar:

Remuneração:

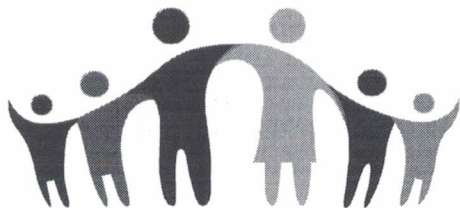
4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais) mensais, referente a 44 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

216,00 (duzentos e dezesseis reais), por plantão de 12 horas – Escala 12x36, sendo o teto máximo de 22 plantões mensais, conforme escala de trabalho;

216,00 (duzentos e dezesseis reais) por remoção de enfermagem para acompanhamento de paciente para transferência hospitalar não estando no plantão do hospital.

Lotação: Hospital Municipal.

Atribuições: prestar o serviço em qualquer setor dentro da unidade – centro cirúrgico, internação, pronto atendimento), acompanhamento em ambulância tipo “A e B” de pacientes transferidos para hospitais da região, realização exames como ECG (eletrocardiograma), SCIH: Realizar vigilância das infecções hospitalares através do método de busca ativa e metodologia da ANVISA nas Unidades de Terapia Intensiva Adulta e Pediátrica, Neonatologia e Infecções do sítio cirúrgico; Fornecer a taxa mensal de infecção hospitalar das unidades sob vigilância, contendo as seguintes informações: a)Taxa de pacientes com infecção hospitalar; b)Taxa de infecção hospitalar; c)Taxa global de infecção hospitalar (por sítio); d)Taxa de infecção hospitalar por procedimento invasivo;



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

e) Taxa de letalidade com infecção hospitalar; f) Taxa de mortalidade com infecção hospitalar; Auxiliar os funcionários da instituição, respondendo dúvidas e pareceres referentes a medidas de controle de infecção hospitalar; Recomendar e suspender isolamentos para pacientes na área hospitalar, de acordo com as normas de isolamento padronizadas pela CCIH; Participar da investigação de surtos de infecção, junto com os demais membros do grupo executor; Coletar culturas de materiais suspeitos de contaminação para investigação; Normatizar junto com outros membros do grupo executor o uso de germicidas hospitalares; Participar da elaboração de protocolos para prevenção e controle das infecções hospitalares; Fazer revisão dos protocolos de Prevenção de Controle de Infecção Hospitalar periodicamente; Programar e elaborar programas educativos relacionados ao controle de infecção para equipe multiprofissional da área hospitalar; Participar de projetos de pesquisa em controle de infecções hospitalares; Realizar treinamentos para a equipe da área da saúde quanto à prevenção de infecção hospitalar e quanto à prevenção acidentes com material contaminado; Realizar auditoria para avaliar o cumprimento do Programa de Controle de Infecção Hospitalar (PCIH); Dar parecer técnico quanto à aquisição de material e equipamento médico hospitalar; Participar das discussões de construção ou reforma na área física hospitalar, quando solicitado pela administração; Dar parecer técnico quanto ao reprocessamento de artigo médico-hospitalar; Cumprir e fazer cumprir as determinações da Portaria n. 2616/98 do Ministério da Saúde e as demais em vigência; Informar, sistematicamente, à Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar, do Ministério da Saúde, a partir da rede distrital, municipal e estadual, os indicadores de infecção hospitalar estabelecidos; Implementar, manter e avaliar o Programa de Controle de Infecções Hospitalar adequando características e necessidades da instituição, de acordo com diretrizes da CCIH; Manter sistema de vigilância epidemiológica das infecções hospitalares através de busca ativa dos casos; Realizar investigação epidemiológica de casos e surtos, sempre que indicado; Propor, elaborar, implementar e supervisionar a aplicação de normas técnico-administrativas, visando à prevenção e ao tratamento das infecções relacionadas à assistência à saúde, de forma integrada com a equipe multiprofissional; Regularizar medida de isolamento e supervisionar sua aplicação; Emitir parecer técnico sobre a aquisição de insumos, instrumentos e acessórios, cujo uso possa ser previamente esterilizado, a fim de garantir a validade da esterilização; Promover e colaborar com ações de treinamento dos funcionários da instituição, promovendo medidas para o controle de infecção hospitalar; Observar as diretrizes traçadas pela CCIH para a ação de controle de infecções hospitalares em cada setor da instituição; Articular-se com a CCIH, no sentido da utilização dos recursos técnicos, materiais e humanos, com vistas ao eficiente controle das infecções hospitalares; Avaliar, periódica e sistematicamente, as informações providas pelo sistema de vigilância epidemiológica; Definir, em cooperação com a CCIH e com a Comissão de padronização, as políticas de utilização de antimicrobianos e materiais médico-hospitalares para todos os setores do hospital; Notificar, ao órgão de gestão do SUS, os casos diagnosticados ou suspeitos de outras doenças sob vigilância epidemiológica (notificação compulsória), atendidos em qualquer dos serviços ou unidades do hospital, e atuar cooperativamente com os serviços de saúde coletiva.

Requisitos mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de Enfermagem, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás no ato da contratação.

FARMACEUTICO (a):

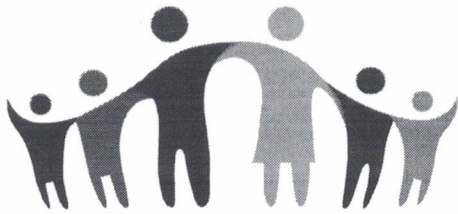
Atenção Básica (ESF)

Remuneração:

2.100,00 (dois mil e cem reais) mensais, referente a 40 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

Lotação: Estratégia de Saúde da Família – ESF's.

Atribuições: Planejamento, abastecimento, Seleção de medicamentos necessários às Redes de Atenção à Saúde, Programação de medicamentos necessários às Redes de Atenção à Saúde, Aquisição de medicamentos necessários às Redes de Atenção à Saúde, Armazenamento de medicamentos necessários às Redes de Atenção à Saúde, Distribuição de medicamentos



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

necessários às Redes de Atenção à Saúde, Cuidado Farmacêutico, Clínica Farmacêutica, Atividades técnico-pedagógicas, Farmacoepidemiologia, Farmacovigilância e Gestão e Dar parecer técnico quanto à aquisição de material, equipamento médico hospitalar para as unidades de saúde e ser responsável pela organização e aquisição de insumos para as unidades de saúde em processos licitatórios.

Requisitos mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de Farmacêutico, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás no ato da contratação.

Hospitalar:

Remuneração:

2.100,00 (dois mil e cem reais) mensais, referente a 40 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

Lotação: Hospital Municipal

Atribuições: seleção/aquisição, organização, dispensação e controle de medicamentos, germicidas e correlatos; armazenamento, controle de estoque e distribuição dos medicamentos e correlatos; adoção de sistema eficiente e seguro de distribuição de medicamentos aos pacientes internados e ambulatoriais; farmacotécnica; fracionamento de doses; controle de qualidade; produção; elaborar manuais técnicos e formulários; manter membro permanente nas comissões SCIH; atuar junto à central de esterilização; educação continuada; estimular a implantação da farmácia clínica; Dar parecer técnico quanto à aquisição de material, equipamento médico hospitalar para as unidades de saúde e ser responsável pela organização e aquisição de insumos para as unidades de saúde em processos licitatórios.

Requisitos mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de Farmacêutico, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás no ato da contratação.

FISIOTERAPEUTA:

Atenção Básica

Remuneração:

2.100,00 (dois mil e cem reais) mensais, referente a 40 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

Lotação: Estratégia de Saúde da Família – ESF's.

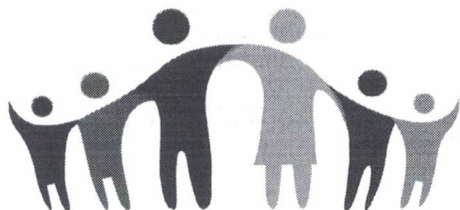
Atribuições: participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita; planejar ações e desenvolver educação permanente;- acolher os usuários e humanizar a atenção; trabalhar de forma integrada com as ESF; realizar visitas domiciliares necessárias; desenvolver ações intersetoriais; participar dos Conselhos Locais de Saúde; realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos; promover programas coletivos de ações terapêuticas preventivas à instalações de processos que levam à incapacidade funcional, à patologias músculo esqueléticas, minimizando aquelas já instaladas e desenvolvendo a consciência corporal; realizar abordagem familiar e institucional (escolas e creches) no que diz respeito a ergonomia e postura de crianças e adolescentes; desenvolver atividades voltadas para adultos e idosos, através de grupos já constituídos (hiperdia, gestantes, obesos), visando a prevenção e reabilitação de complicações decorrentes de patologias, a independência na execução das atividades diárias, assistência e inclusão social de portadores de deficiências transitórias ou permanentes; realizar atendimentos ambulatoriais e domiciliares em pacientes portadores de enfermidades crônicas ou degenerativas, acamados ou impossibilitados, encaminhando a serviços de maior complexidade, quando necessário.

Requisitos mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de Fisioterapeuta, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Fisioterapia do Estado de Goiás no ato da contratação.

Hospitalar

Remuneração:

2.100,00 (dois mil e cem reais) mensais, referente a 40 horas semanais, sendo 08 horas diárias.



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

Lotação: Hospital Municipal

Atribuições: Realizar consulta fisioterapêutica, anamnese; Solicitar e realizar Inter consulta e encaminhamentos; Realizar ações de prevenção, promoção, proteção, educação, intervenção, recuperação, habilitação e reabilitação do paciente, utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia; Realizar avaliação física e cinesiofuncional do sistema cardiorrespiratório e neuro-músculo-esquelético; Realizar avaliação e monitoramento da via aérea natural e artificial do paciente; Prescrever e executar terapêutica cardiorrespiratória e neuro-músculo-esquelética; Aplicar métodos, técnicas e recursos de expansão pulmonar, remoção de secreção, fortalecimento muscular, recondicionamento cardiorrespiratório e suporte ventilatório; Monitorar os parâmetros cardiorrespiratórios do paciente; Gerenciar a ventilação espontânea, invasiva e não invasiva; Realizar demais atividades inerentes ao emprego.

Requisitos mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de Fisioterapeuta, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Fisioterapia do Estado de Goiás no ato da contratação.

MÉDICO CLINICO GERAL (ESF)

Remuneração:

11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) mensais, referente a 40 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

Lotação: Estratégia de Saúde da Família – ESF.

Atribuições: Realizar atendimento médico ambulatorial de no mínimo 100 pacientes semanais, realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc); realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário; indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; contribuir, realizar e participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USB e demais atividades inclusas na portaria ministerial nº. 2.488 de 21/11/11.

Requisitos mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de médico, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás no ato da contratação.

MÉDICO CLINICO GERAL (PLANTONISTA)

Remuneração:

1.000,00 (mil reais) por plantão de 12 horas, conforme escala de trabalho;

Lotação: Hospital Municipal.

Atribuições: Atendimento de consultas ambulatoriais por livre demanda, atendimento clínico, de urgência e emergência, visita médica nas enfermarias, atender pacientes no tempo determinado aos parâmetros do Ministério da Saúde para o atendimento ambulatorial, o qual determina para o atendimento ambulatorial 15 minutos no máximo por consulta, incluso as visitas médicas nas enfermarias e acompanhamento de transferências de pacientes em caráter de urgência e emergência em ambulância do Hospital Municipal.

Requisitos Mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de médico, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás no ato da contratação; ter experiência profissional prévia em serviço de saúde voltado ao atendimento de urgências e emergências.

MÉDICO CLINICO GERAL (Função de autorizador)



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

Remuneração:

5.000,00 (cinco mil reais) mensais, referente a 20 horas semanais.

Lotação: Hospital Municipal.

Atribuições: Profissional de Saúde da Área Médica, subordinado ao departamento de Regulação, Controle e Avaliação Municipal; operador responsável pela Elaboração e Aplicação de Protocolos de Regulação, Autorização de Procedimentos eletivos e AIH's em vagas de reserva e Julgamento dos Laudos de Solicitação de Procedimentos Regulados para Aprovação, Negação ou Devolução através da Ferramenta Tecnológica. Estabelecer normas em caráter suplementar e executar ações de controle, avaliação e regulação dos serviços públicos em saúde no seu âmbito de atuação em articulação com a direção estadual e municipal. Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde. Controlar e avaliar o fluxo de AIH's municipal e dos municípios referenciados. Controle, avaliação e regulação dos exames complementares (laboratoriais, radiológicos e ultrassonográficos) no Município e revisão e autorização de laudos encaminhados para fora do Município. Controle dos serviços de saúde prestados incluindo instituições privadas, conveniadas e Credenciadas. Controle de prontuários de atendimento individual e demais instrumentos produzidos pelo sistema de informação ambulatorial e hospitalar. Verificar a autorização de internação e de atendimento ambulatorial e de tetos financeiros e de procedimentos de média e alta complexidade.

MÉDICO CLINICO GERAL (Responsável pelo Serviço de Controle de Infecção Hospitalar – SCIH) –

Remuneração:

3.000,00 (três mil reais) mensais, referente a 20 horas semanais.

Lotação: Hospital Municipal.

Atribuições: Executar programa de racionalização de uso de antimicrobianos, germicidas, bem como definir norma fundamentadas que justificam o uso controlado de antimicrobianos; Promover medidas de contenção de surtos infecciosos que venham a ocorrer no complexo, hospitalar, propondo medidas a serem executadas; Promover interação com o corpo clínico, no que diz respeito ao controle de infecção hospitalar; Responder a pareceres solicitados por outros profissionais, quando estes forem solicitados; Auxiliar no serviço de execução da vigilância epidemiológica das infecções hospitalares, através da realização de busca ativa dos casos; Recomendar e suspender isolamentos para pacientes na área hospitalar, de acordo com as normas de isolamento padronizadas pela CCIH; Assessorar a Diretoria Clínica sobre as questões relativas ao controle de infecções hospitalares; Participar das discussões de construção ou reforma na área física hospitalar, quando solicitado pela administração; Periodicamente fazer revisão dos protocolos de Prevenção de Controle de Infecção Hospitalar; Participar de projetos de pesquisa em controle de infecções hospitalares; Cumprir e fazer cumprir as decisões da CCIH; Cumprir e fazer cumprir as determinações da Portaria n. 2616/98 do Ministério da Saúde e as demais em vigência; Atuar na Prevenção e Controle de Infecções Hospitalares através de reuniões, debates e educação em serviço e Capacitar os profissionais de saúde para o controle das Infecções Hospitalares.

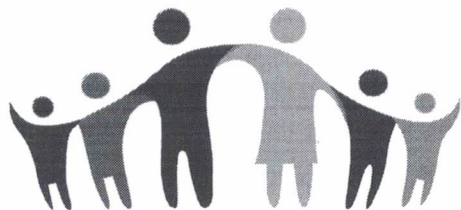
MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA:

Remuneração:

100,00 (cem reais) por consulta, sendo o teto máximo de 300 (trezentos) consultas mensais, incluindo cumprimento de visita nas enfermarias.

Lotação: Estratégia de Saúde da Família/ Hospital Municipal Crisovaldo Rosa de Menezes.

Atribuições: Atender à mulher no ciclo gravídico-puerperal, prestando assistência médica específica para preservar a vida e a saúde da mãe e do filho; Realizar procedimentos ginecológicos e obstétricos, preferencialmente ao parto normal, realizar visita médica nas enfermarias, tratar de afecções do aparelho reprodutor feminino e órgãos anexos, empregando tratamento clínico-cirúrgico, para promover ou recuperar a saúde; Realizar as atribuições de Médico e demais atividades inerentes ao emprego.



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

Requisitos mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de médico, com especialidade em Ginecologia e Obstetrícia, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás no ato da contratação;

MÉDICO PERITO:

Remuneração:

450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por consulta.

Lotação: Hospital Municipal Crisovaldo Rosa de Menezes.

Atribuições: Realização de perícia médica nos servidores efetivos do município afastados de suas funções por meio de juntas médicas afim de emissão de laudo pericial atestando se o estado de saúde permite a permanência no trabalho ou exige o afastamento deste. Realizar as atribuições de Médico e demais atividades inerentes ao emprego.

Requisitos mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de médico, com especialidade em Perícia Médica, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás no ato da contratação;

NUTRICIONISTA:

Assistência Básica - ESF

Remuneração:

1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais, referente a 20 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

Lotação: Estratégia de Saúde da Família – ESF's.

Atribuições: participar de reuniões com profissionais das ESF para levantamento das reais necessidades da população adscrita; planejar ações e desenvolver educação permanente; acolher os usuários e humanizar a atenção; trabalhar de forma integrada com as ESF; realizar visitas domiciliares necessárias; desenvolver ações intersetoriais; participar dos Conselhos Locais de Saúde; realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos; desenvolver ações coletivas de educação nutricional, visando a prevenção de doenças e promoção, manutenção e recuperação da saúde; planejar, executar, coordenar e supervisionar serviços ou programas de alimentação e nutrição de acordo com o diagnóstico nutricional identificado na comunidade; desenvolver ações educativas em grupos programáticos; priorizar ações envolvendo as principais demandas assistenciais, especialmente as doenças e agravos não transmissíveis e nutrição materno infantil; prestar atendimento nutricional, elaborando diagnóstico, com base nos dados clínicos, bioquímicos, antropométricos e dietéticos, bem como prescrição de dieta e evolução do paciente; promover articulação intersetorial para viabilizar cultivo de hortas e pomares comunitários, priorizando alimentos saudáveis regionais; integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré-estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados; realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF dependendo das necessidades; Prestar assistência nutricional individual e coletividades (sadios e enfermos) e aos funcionários da instituição; Organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; Realizar o cardápio de dietas dos funcionários e pacientes semanalmente da instituição; Efetuar controle higiênico-sanitário; Participar de programas de educação nutricional; Realizar demais atividades inerentes ao emprego.

Requisitos mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de Nutricionista, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Nutrição do Estado de Goiás no ato da contratação.

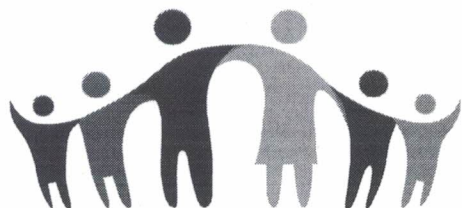
ODONTOLOGO (a):

Atenção Básica (ESF)

Remuneração:

2.100,00 (dois mil e cem reais) mensais, referente a 40 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

Lotação: Estratégia de Saúde da Família – ESF's.



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

Atribuições: realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal; realizar a atenção a saúde em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, acompanhamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento da equipe, com resolubilidade; realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais e procedimentos relacionados com a fase clínica da instalação de próteses dentárias elementares; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais; acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; realizar supervisão técnica do Técnico em Saúde Bucal (TSB) e Auxiliar em Saúde Bucal (ASB); e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

Requisitos mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de Odontologia, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Odontologia do Estado de Goiás no ato da contratação.

TÉCNICO EM RADIOLOGIA (Hospital):

Remuneração:

1.300,00 (mil e trezentos reais) mensais, referente a 24 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

Lotação: Hospital Municipal.

Atribuições: Realizar exames radiográficos convencionais; Processar filmes radiológicos, preparar soluções químicas e o organizar a sala de processamento; Preparar o paciente e o ambiente para a realização de exames nos serviços de radiologia e diagnóstico por imagem; Auxiliar na realização de procedimentos de medicina nuclear e radioterapia; acompanhar a utilização de meios de contraste radiológicos, observando os princípios de proteção radiológica, avaliando reações adversas e agindo em situações de urgência, sob supervisão profissional pertinente; Realizar demais atividades inerentes ao emprego.

Requisitos Mínimos: Profissional de nível médio titular de diploma de Técnico em RX, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Radiologia do Estado de Goiás no ato da contratação.

EDUCADOR FISICO (ESF)

Remuneração:

1.600,00 (mil e seiscentos reais) mensais, referente a 30 horas semanais.

Lotação: Estratégia de Saúde da Família – ESF's.

Atribuições: Facilitar e estimular a população a exercer o seu direito de participação em todos os encaminhamentos e fiscalização das políticas públicas de **saúde**, para que através da participação popular haja adequação das ações de **saúde** às necessidades da população., sob supervisão profissional pertinente; realizar demais atividades inerentes ao emprego.

Requisitos Mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de Educação Física, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Educação Física do Estado de Goiás no ato da contratação.

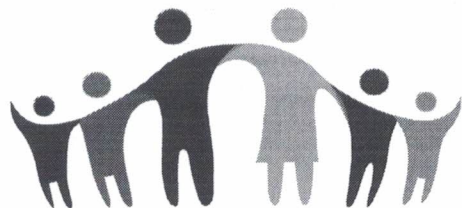
PSICOLOGO (ESF)

Remuneração:

1.600,00 (mil e seiscentos reais) mensais, referente a 30 horas semanais.

Lotação: Estratégia de Saúde da Família – ESF's.

Atribuições: Facilitar e estimular a população a exercer o seu direito de participação em todos os encaminhamentos e fiscalização das políticas públicas de **saúde**, para que através da participação popular haja adequação das ações de **saúde** às necessidades da população., sob supervisão profissional pertinente; realizar demais atividades inerentes ao emprego.



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

Requisitos Mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de Educação Física, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Psicologia do Estado de Goiás no ato da contratação.

BIOMEDICO (ESF)

Remuneração:

2.100,00 (dois mil e cem reais) mensais, referente a 40 horas semanais, sendo 08 horas diárias.

Lotação: Laboratório - Estratégia de Saúde da Família – ESF's.

Atribuições: Realizar exames, assumir a responsabilidade técnica e firmar os respectivos laudos, executar o processamento de sangue, suas sorologias e exames pré transfusionais, assumir chefias técnicas, assessorias e direção destas atividades; realizar demais atividades inerentes ao emprego.

Requisitos Mínimos: Profissional de nível superior titular de diploma de Biomedicina, devendo estar, obrigatoriamente, registrado no Conselho Regional de Biomedicina do Estado de Goiás no ato da contratação.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS:

Os exames laboratoriais realizados em pacientes do município e pacientes internados no Hospital (horário de expediente – até 16:00 hs.) serão pagos conforme tabela SIA/SUS;

Os exames laboratoriais de pacientes internados no Hospital coletados após horário de expediente (16:00 hs.), finais de semana, feriado e exames de urgência autorizados pela Secretaria da Saúde, serão pagos o valor máximo estipulado conforme tabela do Conselho Municipal de Saúde - CMS, podendo os interessados apresentar propostas de menor valor.

Os exames serão agendados pelo setor de regulação da secretaria da saúde, serão pagos o valor máximo estipulado conforme tabela do Conselho Municipal de Saúde - CMS, podendo os interessados apresentar propostas de menor valor.

LABORATÓRIO DE IMAGEM:

Os exames de imagem, eletrocardiogramas e Raio - X realizados em pacientes do município e pacientes (horário de expediente – até 16:00 hs.) serão pagos conforme tabela SIA/SUS;

Os exames serão agendados pelo setor de regulação da secretaria da saúde, serão pagos o valor máximo estipulado conforme tabela do Conselho Municipal de Saúde - CMS, podendo os interessados apresentar propostas de menor valor.

HOSPITAIS E CLÍNICAS MEDICAS:

Realização de cirurgias eletivas em geral realizados em pacientes do município que serão pagos conforme tabela SIA/SUS;

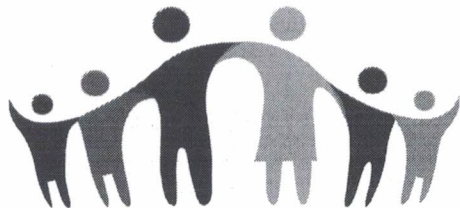
As cirurgias serão agendadas pelo setor de regulação da secretaria da saúde, serão pagos o valor máximo estipulado conforme tabela do Conselho Municipal de Saúde - CMS, podendo os interessados apresentar propostas de menor valor.

5. DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

5.1 A solicitação de credenciamento deverá ser preenchida através de anexo pré-estabelecido para aceite dos preços formulados pela Administração Pública Municipal, sendo fixados por um período de 12 meses.

5.2 O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.

5.3 A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será de 12 meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base na Lei n°. 14.133/2021.



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

5.4. O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.1 O profissional credenciado prestará o atendimento em suas clínicas (caso seja necessário) ou nos locais onde for designado, devendo se adequar aos horários e procedimentos adotados pela unidade onde desempenhará as funções, sujeitando-se, inclusive, se for o caso, à realização de plantões, nos termos do respectivo termo de credenciamento.

6.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e demais documentos que vinculam o prestador.

6.3 A verificação da conformidade das especificações dos serviços ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório. Admitida a conformidade quantitativa e qualitativa, os serviços serão recebidos definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do objeto.

6.4 Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam o recebimento e utilização adequada do resultado dos serviços, estes serão rejeitados, no todo ou em parte, sem qualquer ônus para o Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha de Goiás/GO, devendo prestador reexecutá-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de solicitação da reexecução.

6.5 Caso atrase na execução dos serviços ou se recuse a realizar a reexecução, o prestador estará sujeito a sanções administrativas, sendo que a reexecução dos serviços passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira execução.

6.6 O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha de Goiás/GO reserva-se ao direito de impugnar os serviços executados, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência.

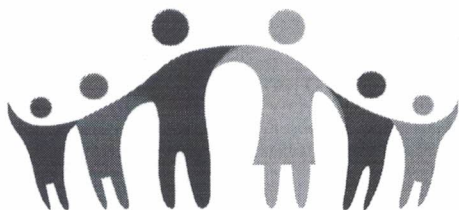
6.7 Na execução dos serviços, somente será permitido o emprego de profissionais capacitados, não se admitindo, sob qualquer hipótese, serviço parcial, incompleto, defeituoso e/ou fora do padrão esperado.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1 A fiscalização da entrega do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

7.2 O profissional designado tem a incumbência de:

- a) Conferir qualitativa e quantitativamente os serviços, recusando-os caso não estejam de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência;
- b) Proceder de forma criteriosa a sua conferência e recebimento;
- c) Fornecer ao prestador qualquer tipo de esclarecimento quanto à característica, quantidade ou qualidade dos serviços contratados;
- d) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados e)



GOVERNO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.3 O prestador ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

7.4 A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do prestador para outras pessoas e/ou entidades.

7.5 A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha de Goiás/GO.

7.6 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

7.7. Todas as ordens de serviços, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o Credenciado serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

7.8. Das decisões da fiscalização poderá o Credenciado recorrer à Contratante, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR

8.1 Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Contratante;

8.2 Executar os serviços conforme as especificações constantes desse Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido;

8.3 Executar os serviços no prazo e local estabelecidos nesse Termo de Referência, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao uso, garantia ou validade;

8.4 Responsabilizar-se pela qualidade e durabilidade do resultado dos serviços executados;

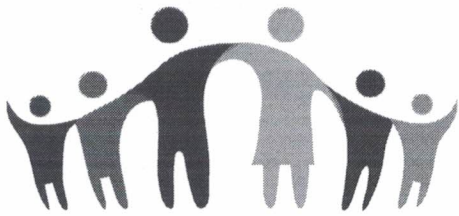
8.5 Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria solicitante, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;

8.6 Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha de Goiás/GO, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;

8.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.8 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

8.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha de Goiás/GO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;



GOVERNODE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
De mãos dadas com você

8.10 Comunicar ao Fundo Municipal de Saude de Santa Terezinha de Goiás/GO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do Fundo Municipal de Saude de Santa Terezinha de Goiás/GO;

8.12 Prestar esclarecimentos ao Fundo Municipal de Saude de Santa Terezinha de Goiás/GO sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

8.13 Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras;

8.14 Emitir e apresentar certidão negativa/positiva com efeito de negativa de débitos da Receita Federal, Receita Estadual (Sefaz/PGE do Estado do prestador), Receita Municipal (emitida no município do prestador), Trabalhista e Certificado de Regularidade perante o FGTS;

8.15 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Fundo Municipal de Saude de Santa Terezinha de Goiás/GO, cujas reclamações se obriga a atender;

8.16 Qualquer dano causado ao patrimônio do Fundo Municipal de Saude de Santa Terezinha de Goiás/GO na execução dos serviços serão ressarcidos pelo prestador, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

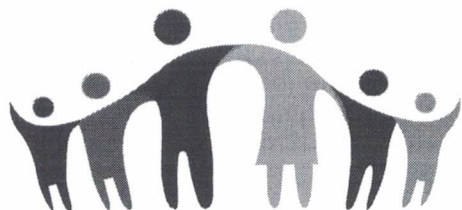
9.2 Informar ao prestador sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a execução dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;

9.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo prestador, relacionados com o objeto pactuado;

9.4 Comunicar por escrito, ao prestador, quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a reexecução do serviço defeituoso ou incompleto e que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

9.5 Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência;

9.6 O Fundo Municipal de Saude de Santa Terezinha de Goiás/GO deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o prestador tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021, no Item 10 deste Termo de Referência e demais cominações legais;



GOVERNODE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

9.7 Comunicar, por escrito, ao prestador o não-recebimento dos serviços, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais;

9.8 Proporcionar as condições para que o prestador possa cumprir as obrigações pactuadas.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

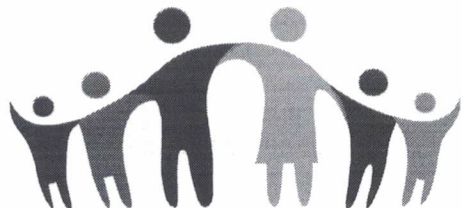
10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A sanção prevista na letra "a" do item 10.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra "a" do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.5 A sanção prevista na letra "b" do item 10.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

- a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;



GOVERNO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

10.6 A sanção prevista na letra “c” do item 10.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.7 A sanção prevista na “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 10.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.8 A sanção estabelecida na letra “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

10.9 As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 10.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) deste Termo de Referência.

10.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

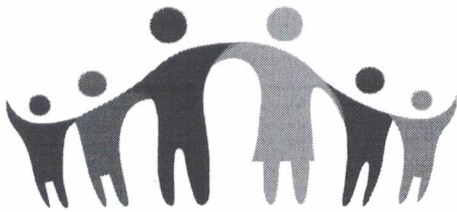
10.11 A aplicação das sanções previstas no item 10.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.12 Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.13 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 10.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.14 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.15 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



GOVERNODE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
De mãos dadas com você

10.16 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

10.17 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

11. DO PAGAMENTO

11.1 A remuneração dos serviços prestados pelas pessoas credenciadas será mensal, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, para pessoa jurídica, devidamente acompanhada das respectivas autorizações de procedimentos emitidas pelo Município através da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com os valores constantes da tabela aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, seguirão os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde.

11.2 A Administração Municipal, oportunamente pagará aos credenciados (pessoa física ou jurídica) da área de saúde as faturas emitidas e atestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme valores constantes da tabela de honorários consultas/procedimentos, seguirão os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde, pelos serviços efetivamente prestados e comprovados através do quadro de frequência, das planilhas de produções de serviços, escalas de plantões, autorizações de internações hospitalares e autorizações para exames complementares auditados.

11.3 É vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, p. ex) da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados.

11.4 Aos credenciados fica proibido de exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco.

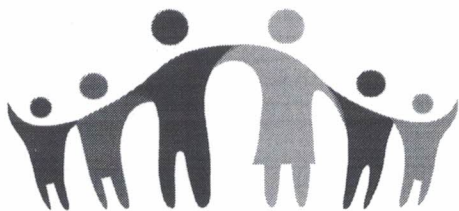
11.5 Para entidades Conveniadas, prestadoras de serviços com ou sem fins lucrativos, e empresas privadas que terão seus serviços adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, serão pagos pelos serviços efetivamente prestados, os valores unitários de cada procedimento, seguirão os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde em vigor editada pelo Ministério da Saúde mediante faturas, relatórios e documentos comprobatórios para análise e avaliação da Secretaria Municipal de Saúde.

11.6 O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Saude de Santa Terezinha de Goiás/GO até o 10º dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

11.7 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

11.8 Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.9 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Fundo Municipal de Saude de Santa Terezinha de Goiás/GO.



GOVERNO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

11.10 Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

11.11 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.12 Havendo atraso no pagamento de suas obrigações o Fundo Municipal de Saude de Santa Terezinha de Goiás/GO procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo "pró rata", tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

11.13 Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$R = V \times I$ Onde:

R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

11.14 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao prestador.

11.15 Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Santa Terezinha de Goiás/GO.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Santa Terezinha de Goiás/GO, para o exercício de 2024, e serão indicadas no momento em que as adjudicações forem realizadas:

13.17.10.301.0016.2079.-	3.3.90.36	- Manutenção do Programa do PSF;
13.17.10.301.0016.2079.-	3.3.90.34	- Manutenção do Programa do PSF;
13.17.10.302.0016.2035	- 3.3.90.34	- Manutenção do Hospital Municipal;
13.17.10.302.0016.2035	- 3.3.90.36	- Manutenção do Hospital Municipal;
13.17.10.302.0016.2055	- 3.3.90.34	- Manutenção do Centro Odontológico.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A Nota de Empenho da Despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

ASSINADO PELO SOLICITANTE



GOVERNO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

ANEXO II REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – PESSOA JURÍDICA

AO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS/GO

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PESSOAS JURÍDICAS NA ÁREA DA SAÚDE divulgado pelo **Município/Fundo Municipal de Saúde**, objetivando a prestação de serviços _____

na (s) especialização (ões) de _____, nos termos do chamamento público nº. 001/2024.

Nome: _____

Endereço Comercial: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

CNPJ: _____

Médico Responsável: _____

Número do registro no conselho de classe: _____

R.G. nº _____ CPF nº _____

Área de Atuação: _____

Especialidade: _____

Local de Trabalho: _____

Dados Bancários: Banco: _____

Agencia: _____ Conta Corrente: _____

DECLARA, para fins do disposto na Lei Nº 14.133/2021 que cumpre o disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, inexistindo o emprego de menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como de qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz e a partir de 14 (quatorze) anos., que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

DECLARA, está ciente de que fui Credenciado (a) para prestação de serviços sem vínculo empregatício junto a Secretaria Municipal de Saúde exercendo a função de profissional autônomo e que o Credenciamento é regido pela Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

DECLARA, responsabilizando – se penal e administrativamente por qualquer falsidade, incorreção ou omissão na esfera Federal, Estadual ou Municipal e poderes, na Administração Direta, Sociedade de Economia Mista, Empresa, Fundações, e Autarquias, que:

a – () não ocupa qualquer outro cargo, função ou emprego público;

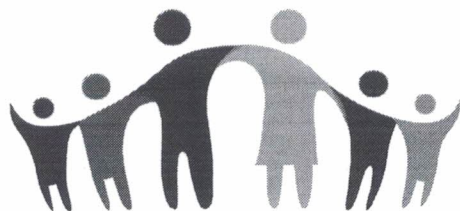
b – () ocupa o(s) seguintes cargos(s) emprego(s) público(s) _____ órgão _____;

c – () está ou () não está aposentado(a) em qualquer cargo/ emprego público;

d – () está ou () não está em gozo de licença ou disponibilidade em cargo/ emprego Público.

Local : _____ data ____/____/____

Assinatura (carimbo)



GOVERNODE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

ANEXO III
REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – PESSOA FISICA

AO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DE GOIAS/GO

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PESSOAS FISICAS NA ÁREA DA SAÚDE divulgado pelo **Município/Fundo Municipal de Saúde**, objetivando a prestação de serviços _____ na (s) especialização (ões) de _____, nos termos do chamamento público nº. 001/2024.

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

CPF: _____

Médico Responsável: _____

Número do registro no conselho de classe: _____

R.G. nº _____ CPF nº _____

Área de Atuação: _____

Especialidade: _____

Local de Trabalho: _____

Dados Bancários: Banco: _____

Agencia: _____ Conta Corrente: _____

DECLARA, está ciente de que fui Credenciado (a) para prestação de serviços sem vínculo empregatício junto a Secretaria Municipal de Saúde exercendo a função de profissional autônomo e que o Credenciamento é regido pela Lei Nº 14.133/2021.

DECLARA, responsabilizando – se penal e administrativamente por qualquer falsidade, incorreção ou omissão na esfera Federal, Estadual ou Municipal e poderes, na Administração Direta, Sociedade de Economia Mista, Empresa, Fundações, e Autarquias, que:

a – () não ocupa qualquer outro cargo, função ou emprego público;

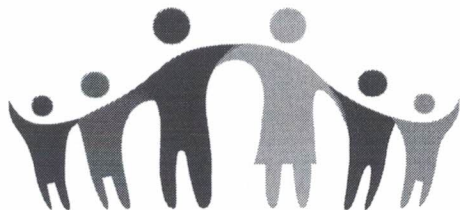
b – () ocupa o(s) seguintes cargos(s) emprego(s) público(s) _____ órgão _____;

c – () está ou () não está aposentado(a) em qualquer cargo/ emprego público;

d – () está ou () não está em gozo de licença ou disponibilidade em cargo/ emprego Público.

Local : _____ data ____/____/____

Assinatura (carimbo)



GOVERNODE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
De mãos dadas com você

ANEXO IV
MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2024 – FMS

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº ____/2024

CREDENCIANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS – GO, inscrito no CNPJ Nº 11.899.105/0001-40, com endereço na Rua Raimundo Fernandes da Silva, nº: 308, Centro, Santa Terezinha de Goiás-Go, representado por sua Gestora **KENIA AUGUSTA ISMAEL CORREIA**, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 4.946.901 DGPC/GO e CPF nº 013.664.021-46, residente e domiciliada nesta cidade de Santa Terezinha de Goiás - GO.

CREDENCIADO – _____, inscrita no CNPJ: _____, localizada na _____, para exercer as atividades _____, neste ato representado pelo Sr. _____, _____, inscrito no _____. Nº _____, CPF sob o nº _____, residente e domiciliado _____

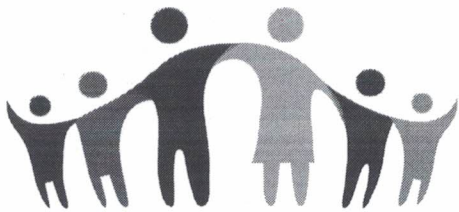
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO:

1.1. Este termo de credenciamento decorre do aviso de Edital de Chamamento Público nº 001/2024, realizado pelo Município de Santa Terezinha de Goiás/Fundo Municipal de Saúde, visando o Credenciamento de profissionais da saúde, homologado em ____ de _____ de _____, objeto do Processo Administrativo nº _____/2024, estando as partes sujeitas às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações em vigor, bem como Instrução Normativa nº 001/2017 de 25/01/2017, Instrução Normativa nº 001/2018 de 28/02/2018, Instrução Normativa nº 008/2024 de 09/05/2024 do TCM-GO e alterações posteriores, em especial ao Decreto Municipal de regulamentação do presente procedimento c/c artigo 197 da CRFB/1988, bem como, as cláusulas e às condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1 – Credenciar profissionais, Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, para a prestação de serviços na área de saúde, aí compreendidas todas as ações e serviços necessários ao atendimento à população de SANTA TEREZINHA DE GOIÁS - GO, sendo até 40 (quarenta) horas semanais, plantões ou fixo, pagamento será realizado por procedimento realizado mediante apresentação de FATURA/NOTA FISCAL devidamente atestada pelo fiscal do Termo de Credenciamento, valor conforme tabela aprovada pelo CMS, seguirão os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde, especialidade e LIMITE MÁXIMO DE SÁLARIO/MENSAL e quantitativo de vagas especificado no quadro abaixo:

2.1.1- É objeto do presente termo, a prestação de serviços _____, em caráter autônomo e em regime de credenciamento, visando o atendimento da população do Município de Santa Terezinha de Goiás, junto ao Municipal de Santa Terezinha de Goiás, abrangendo os _____ serviços _____ que _____ se _____ seguem:



GOVERNODE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
De mãos dadas com você

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

3.1. O pagamento será efetuado, mensalmente, após a apresentação da Fatura/Nota Fiscal dos serviços comprovadamente prestados, que serão calculados de acordo com os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde, tomando como parâmetro o valor máximo de R\$ _____ (_____ reais) mensal, limitando-se ao valor máximo e mínimo ao mesmo tempo, conforme tabela aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, seguirão os referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde, devendo a fatura ser apresentada até o 5º dia útil do mês subsequente, sob pena da obrigação do pagamento recair no mês subsequente ao da apresentação da fatura, devendo para tanto, ser apresentado o RPA – Recibo de Pagamento de Autônomo, no qual deverão estar destacados os valores relativos ao IR, INSS e ao ISSQN, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

3.2. Para efeito de programação da Secretaria Municipal de Finanças/Fundo Municipal de Saúde, o CREDENCIADO não receberá mais do que R\$ _____ (_____ mil reais) mensais, ainda que a totalização final do valor unitário pelo número de procedimentos exceda esse valor.

3.3. Mesmo que ocorra esse excesso, o credenciado fica obrigado ao atendimento diário na unidade de saúde a que estiver vinculado

3.4. Fica expressamente estabelecido que no preço acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

4.1. O presente termo de credenciamento vigorará no período de ____ de -- ----- de 2024 a 31 de dezembro 2024, ou até a conclusão e provimento do concurso público, podendo ser prorrogado em conformidade com o artigo 107 da lei federal 14.133/21 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DA NOTA DE EMPENHO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. Para efeito de emissão da competente Nota de Empenho, estima-se, em R\$ _____ (_____), o valor ser despendido pelo CREDENCIANTE, durante a vigência deste instrumento, em _____ parcelas.

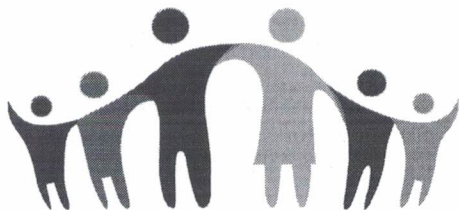
5.2. A despesa de que trata o presente instrumento ocorrerá à conta da Dotação Orçamentária: _____ 31.90.34.03 ou 33.90.34.03 ou 33.90.36.00 ou 33.90.39.00 quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO TERMO:

6.1. O presente instrumento contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, nas normas do direito privado e, no que couber, as normas da Lei n.º 14.133/21, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A execução do termo deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde do Município, ficando designado como fiscal do termo de credenciamento o(a) senhor(a)

6.3. O CREDENCIADO é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito por aquela.



GOVERNODE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

De mãos dadas com você

6.4. Obriga-se, ainda, O CREDENCIADO a manter durante toda a execução deste termo, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.5. Fica a cargo da CREDENCIANTE, através da Secretaria Municipal de Saúde, o controle do quantitativo de guias a serem expedidas mensalmente, objetivando, assim, a limitação da prestação dos serviços, que serão apreciadas pelo Conselho Municipal de Saúde. 6.6. Fica designado como fiscal do presente termo de credenciamento o senhor(a).....
do CPF....., Conforme Ata Administrativo nº portador/20.....

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:

7.1. Incorrerá na multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do presente instrumento, à parte que descumprir qualquer cláusula ou condição nele ajustada.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO TERMO:

8.1. A inexecução total ou parcial deste termo enseja a sua rescisão, com as consequências acima estipuladas e mais as consequências constantes na Lei n.º 14.133/21, de 01/04/2021.

8.2. Constituem motivo para rescisão deste termo: a) o não cumprimento, ou o cumprimento irregular, ou a lentidão no cumprimento de quaisquer das cláusulas e prazos previstos neste instrumento; b) o atendimento com falta de urbanidade, atenção ou dissociado das recomendações do Código de Ética Médica. c) a falta de assiduidade ou a impontualidade ou o cometimento reiterado de faltas na sua execução; d) no caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio; e) quando decorrido o prazo de vigência do presente termo e não houver prorrogação;

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

9.1. O Credenciamento a que se refere o presente instrumento é de caráter autônomo, não podendo o CREDENCIADO pleitear quaisquer direitos outros que não os aqui avençados.

9.2. A presente contratação não gerará entre a CREDENCIANTE e o CREDENCIADO qualquer vínculo, principalmente, de caráter empregatício.

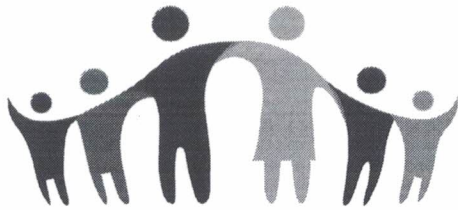
9.3. O CREDENCIADO deverá manter-se habilitado e no mínimo em situação de regularidade junto ao Conselho Regional de _____ do Estado de Goiás, bem como deverá manter atualizadas todas as condições de habilitação exigidas para o exercício da profissão.

9.4. O partícipe que pretender rescindir o presente termo, deverá manifestar sua intenção, por escrito, com antecedência de, pelo menos, 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS:

10.1. A presente avença é regida pela Lei n.º 14.133, de 01/04/2021, inclusive e especialmente os casos omissos neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:



GOVERNODE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
De mãos dadas com você

11.1. É competente o Foro desta Comarca de Santa Terezinha de Goiás, Estado de Goiás, para dirimir quaisquer questões oriundas deste termo, excluído outro por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justos, combinados e contratados, digitou-se o presente termo em 02 (duas vias) de igual teor e forma, sendo que uma delas constituirá o arquivo cronológico da Prefeitura/FMS, e após lido e achado conforme pelas partes, na presença das testemunhas abaixo declaradas, foi em tudo aceite, sendo assinado pelas partes.

Santa Terezinha de Goiás, Estado de Goiás, ____ de ____ de 2024.

Secretária Municipal de Saúde
Credenciante

Credenciada

Testemunha: _____
CPF: _____

Testemunha: _____
CPF: _____